



PMEPC

Município de Oliveira de Azeméis

Fevereiro de 2014

Versão Final

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Promovido Por:



Financiado por:



Elaborado por:



Ficha Técnica

Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 PORTO SALVO – Portugal
Email: info@municipia.pt
Telefone: (+351) 214 228 200
Fax: (+351) 214 228 205



Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
Largo da República
3720-240 Oliveira de Azeméis – Portugal
Email: geral@cm-oaz.pt
Telefone: (+351) 256 600 600
Fax: (+351) 256 674 694

Promovido Por:



Financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria

Direção do Projeto	Santos Costa
--------------------	--------------

Equipa Técnica	Susana Silva
----------------	--------------

Câmara Municipal

Presidente	Hermínio Loureiro
------------	-------------------

Vice-Presidente	Ricardo Tavares
-----------------	-----------------

Equipa Técnica	Ana Clara Marques
----------------	-------------------

Município, E.M., S.A.

Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
----------------------------------	--------------

Município, E.M., S.A.

Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Miguel Bana e Costa
	Hélder Murcha
	Ana Ribeiro
	Teresa Zuna
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	Alberto Gomes
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Laura Soares
	Carlos Delgado
	Inês Marafuz
	Hugo Teixeira

Índice

FICHA TÉCNICA	2
ÍNDICE	4
ÍNDICE DE ESQUEMAS	7
ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE MAPAS	8
ÍNDICE DE TABELAS	9
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	13
3. OBJETIVOS GERAIS	15
4. ENQUADRAMENTO LEGAL	15
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	16
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	16
7. ATIVAÇÃO DO PLANO	17
7.1. Competências para a ativação do Plano	17
7.2. Critérios para ativação do Plano	18
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	21
PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	23
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO	24
2. EXECUÇÃO DO PLANO	26
2.1. Fase de emergência	27
2.2. Fase de reabilitação.....	32
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	36
3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil.....	36
3.1.1. Fase de emergência	37
3.1.2. Fase de reabilitação	39
3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio	42
3.2.1. Fase de emergência	42
3.2.2. Fase de reabilitação	46
3.3. Missão das estruturas autárquicas.....	50
3.3.1. Fase de emergência.....	50
3.3.2. Fase de emergência.....	51
PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	52
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	53
2. LOGÍSTICA	55
2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção	56
2.2. Apoio Logístico às populações	61
3. COMUNICAÇÕES.....	66
3.1. Rede Operacional de Bombeiros (ROB)	67
3.2. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC).....	69
3.3. SIRESP	69
3.4. Organização das comunicações.....	70
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	71
4.1. Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro	72
4.2. Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação;	73
4.3. Gestão da Informação Pública:.....	74
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	76

6.	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	80
7.	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	82
8.	SOCORRO E SALVAMENTO	85
9.	SERVIÇOS MORTUÁRIOS	87
10.	PROTOCOLOS	91
PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR		92
SECÇÃO I		93
1.	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	93
1.1.	<i>Estrutura de Proteção Civil</i>	<i>94</i>
1.1.1.	Direção Política	95
1.1.2.	Coordenação Política	95
1.1.3.	Órgãos de Execução	96
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	<i>97</i>
1.2.1.	Sistema de Gestão de Operações.....	98
1.2.1.1	Funções na estrutura da organização	101
1.2.1.2	Teatro de operações	104
1.2.2.	Comando Operacional	105
1.2.3.	Coordenação Institucional	106
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	108
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil</i>	<i>108</i>
COMPOSIÇÃO		108
COMPETÊNCIAS		108
LOCAL DE FUNCIONAMENTO		108
2.2.	<i>Crítérios e âmbito para a declaração das situações de alerta.....</i>	<i>109</i>
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	<i>110</i>
2.3.1.	Monitorização	110
2.3.2	Alerta.....	114
1.1.1.	Aviso.....	115
SECÇÃO II		117
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL	117
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	119
2.1.	<i>Condições Climáticas</i>	<i>119</i>
2.2.	<i>Orografia</i>	<i>123</i>
2.3.	<i>Declives.....</i>	<i>125</i>
2.4.	<i>Hidrografia.....</i>	<i>127</i>
2.5.	<i>Ocupação do Solo</i>	<i>128</i>
2.6.	<i>Geologia.....</i>	<i>130</i>
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	133
3.1.	<i>Principais Aspetos Demográficos.....</i>	<i>133</i>
3.1.1.	Evolução da População	134
3.1.2.	Estrutura da População	137
3.1.3.	Distribuição da População.....	140
3.1.4.	Edifícios e Alojamentos	141
3.2.	<i>Economia</i>	<i>145</i>
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS	148
4.1.	<i>Património</i>	<i>148</i>
4.2.	<i>Unidades de Alojamento</i>	<i>149</i>
4.3.	<i>Infraestruturas Urbanas</i>	<i>151</i>
4.3.1.	Rede de Abastecimento de Água	151
4.3.2.	Rede de Saneamento e Águas Residuais.....	152
4.3.3.	Resíduos Sólidos Urbanos	153
4.4.	<i>Equipamentos de Utilização Coletiva</i>	<i>154</i>
4.4.1.	Equipamentos Administrativos	154
4.4.2.	Equipamentos de Saúde.....	155

4.4.3.	Equipamentos Sociais	156
4.4.4.	Equipamentos Educativos	157
4.4.5.	Equipamentos Culturais	158
4.4.6.	Equipamentos Desportivos	159
4.4.7.	Equipamentos Religiosos	160
4.5.	<i>Agentes de Proteção Civil</i>	161
4.6.	<i>Infraestruturas de Comunicação</i>	162
4.7.	<i>Comunicações</i>	163
4.8.	<i>Energia</i>	164
4.8.1.	Rede Elétrica	164
4.8.2.	Rede de Gás e Combustíveis	166
4.9.	<i>Áreas Industriais e Armazenamento</i>	167
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	169
5.1.	<i>Identificação do Risco</i>	172
5.1.1.	Tempestades	172
5.1.2.	Ondas de Calor	173
5.1.3.	Vagas de frio	179
5.1.4.	Secas	185
5.1.5.	Cheias e inundações	190
5.1.6.	Sismos	196
5.1.7.	Movimento de massa em vertentes	201
5.1.8.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas	205
5.1.9.	Colapso de estruturas	208
5.1.9.1.	Edifícios	209
5.1.9.2.	Túneis, Pontes e Viadutos	213
5.1.10.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos	215
5.1.11.	Incêndios urbanos e industriais	219
5.1.12.	Incêndios florestais	221
5.1.13.	Contaminação de aquíferos	228
5.1.14.	Degradação dos solos	230
5.2.	<i>Análise do Risco</i>	233
5.2.1.	Tempestades	236
5.2.2.	Ondas de Calor	236
5.2.3.	Vagas de Frio	236
5.2.4.	Secas	237
5.2.5.	Cheias e inundações	237
5.2.6.	Sismos	243
5.2.7.	Movimento de massa em vertentes	243
5.2.8.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas	245
5.2.9.	Colapso de Estruturas	247
5.2.10.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos	248
5.2.11.	Incêndios urbanos e industriais	251
5.2.12.	Incêndios Florestais	255
5.2.13.	Contaminação de Aquíferos	256
5.2.14.	Degradação dos Solos	257
5.3.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco</i>	257
5.3.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos	257
5.3.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos	257
5.3.3.	Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os Riscos	258
5.3.4.	Planos de Ordenamento do Território	261
6.	CENÁRIOS	262
6.1.	<i>Cenário de Incêndios e Colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional</i>	262
6.2.	<i>Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas</i>	269
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i>	277
7.	CARTOGRAFIA (EM ANEXO)	284
SECÇÃO III		286
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS	286
2.	LISTA DE CONTACTOS	290

3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES	301
4.	MODELOS DE COMUNICADOS	308
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO.....	315
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO	316
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO.....	317
8.	LEGISLAÇÃO	318
9.	BIBLIOGRAFIA	322
10.	GLOSSÁRIO	328
11.	ANEXOS	331

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 - ORGANOGRAMA OPERACIONAL	26
ESQUEMA 2 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES	63
ESQUEMA 3 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES	64
ESQUEMA 4 - ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES	69
ESQUEMA 5 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES	70
ESQUEMA 6 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO PMEPC	71
ESQUEMA 7 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES)	74
ESQUEMA 8 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA).....	76
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO).....	78
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA)	82
ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS).....	84
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO)	87
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS)	91
ESQUEMA 14 - ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	95
ESQUEMA 15 - ESTRUTURA DE OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	98
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA	115
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO	116
ESQUEMA 18 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL - INCÊNDIO URBANO	268
ESQUEMA 19 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL – ACIDENTE RODoviÁRIO COM MATÉRIAS PERIGOSAS.	277
ESQUEMA 20 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL.....	284

Índice de Figuras

FIGURA 1 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES.....	100
FIGURA 2 – ZONAS DE INTERVENÇÃO	105
FIGURA 3 - GRÁFICO TERMO-PLUVIOMÉTRICO PARA A ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE CASTELO BURGÃES.	122
FIGURA 4 - ROSA ANEMOSCÓPICA (2006-2011)	123
FIGURA 5 - EXTRATO DA CARTA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: CABRAL E RIBEIRO, 1988)	132
FIGURA 6 - EVOLUÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 1960 A 2011.....	134
FIGURA 7 - PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO EM 2001	138
FIGURA 8 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ATIVIDADE (2001)	146
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, POR FREGUESIA	147
FIGURA 10 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS. FONTE: JULIANO ET AL, 2009	170
FIGURA 11 - TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992	178
FIGURA 12 - TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998	178
FIGURA 13 - VALORES DO <i>WIND CHILL</i> E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS	179
FIGURA 14 – LIMIARES DE VAGAS DE FRIO ADOTADOS PARA O DISTRITO DE AVEIRO.....	181
FIGURA 15 - TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992	184
FIGURA 16 - TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998	184

FIGURA 17 - PERSPETIVA INTEGRADA DAS SECAS (ADAPTADO DE PIMENTA E CRISTO, 1998).....	186
FIGURA 18 - VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA	190
FIGURA 19 - VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA	190
FIGURA 20 - SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA (ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997)	201
FIGURA 21 - NÚMERO DE PASSAGENS DE VEÍCULOS TRANSPORTADORES DE MATÉRIAS PERIGOSAS, POR TIPO DE PERIGO	207
FIGURA 22 - ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	209
FIGURA 23 - TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 1980 E 2010	222
FIGURA 24 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO, ENTRE 1980 E 2010	223
FIGURA 25 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA, POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2010	224
FIGURA 26 - Nº DE OCORRÊNCIAS POR TIPOLOGIA DE INCÊNDIO ENTRE 01-01-2006 E 06-07-2011.....	255

Índice de Mapas

MAPA 1 - ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	14
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCR.....	59
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS ZCAP	65
MAPA 4 – ITINERÁRIOS DE EVACUAÇÃO E ZCL.....	80
MAPA 5 – APOIO LOGÍSTICO – REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS	90
MAPA 6 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	118
MAPA 7 - NEVOEIRO E NEBULOSIDADE NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (ADAPTADO DE DAVEAU, 1978).....	120
MAPA 8 - INSOLAÇÃO NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	121
MAPA 9 - CARTA HIPSOMÉTRICA.....	124
MAPA 10 - CARTA DE DECLIVES	126
MAPA 11 – REDE HIDROGRÁFICA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	127
MAPA 12 - CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2007).	129
MAPA 13 - GEOLOGIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	133
MAPA 14 - VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO ENTRE 2001 E 2011, POR FREGUESIA.....	136
MAPA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA EM 2011	137
MAPA 16 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO (2001)	140
MAPA 17 - DENSIDADE POPULACIONAL (2011)	141
MAPA 18 - EDIFÍCIOS CLÁSSICOS EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS (2011)	143
MAPA 19 - PATRIMÓNIO.....	149
MAPA 20 - UNIDADES DE ALOJAMENTO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	150
MAPA 21 - EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	155
MAPA 22 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	156
MAPA 23 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	157
MAPA 24 - EQUIPAMENTOS DE ENSINO.....	158
MAPA 25 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	159
MAPA 26 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	160
MAPA 27 - EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	161
MAPA 28 - AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	162
MAPA 29 - INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	163
MAPA 30 - REDE DE ALTA E MUITO ALTA TENSÃO	165
MAPA 31 - REDE DE GÁS.....	167
MAPA 32 - ÁREAS INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	168
MAPA 33 - CHEIAS PROGRESSIVAS E INUNDAÇÕES URBANAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	192
MAPA 34 - CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO CAIMA – SECTOR DE OSSELA.	193
MAPA 35 – CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO ÍNSUA – SECTORES DE MACINHATA DE SEIXA E MADAÍL.....	194
MAPA 36 - CHEIAS PROGRESSIVAS NA RIBEIRA DA PÓVOA – SECTOR DE LOUREIRO.	195
MAPA 37 - CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO ÍNSUA - SECTOR DE CARREGOSA.....	196
MAPA 38- ISOSSISTAS DE INTENSIDADE MÁXIMA PARA PORTUGAL CONTINENTAL E SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	199

MAPA 39 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA CENTRO-NORTE DE PORTUGAL CONTINENTAL	200
MAPA 40 - SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE VERTENTE, EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	205
MAPA 41 – LOCAIS DE PASSAGEM DE TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NA REDE RODOVIÁRIA.....	208
MAPA 42 - PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE ANTERIOR A 1985	211
MAPA 43 - EDIFÍCIOS EM RUÍNA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	213
MAPA 44 - PONTES, TÚNEIS E VIADUTOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	214
MAPA 45 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	218
MAPA 46 – UTILIZAÇÃO TIPO NO EDIFICADO, SEGUNDO O REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS.	221
MAPA 47 - ÁREAS ARDIDAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	225
MAPA 48 - PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	226
MAPA 49 - PERIGOSIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	227
MAPA 50 - SUSCETIBILIDADE À CONTAMINAÇÃO DOS AQUÍFEROS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (SEGUNDO A METODOLOGIA USADA NA DEFINIÇÃO DA REN).....	229
MAPA 51 – SUSCETIBILIDADE DE EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO, NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	232
MAPA 52 – RISCO DE EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO, NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	233
MAPA 53 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO CAIMA – SECTOR DE OSSELA.....	239
MAPA 54 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO ÍNSUA – SECTOR DA MACINHATA DA SEIXA	240
MAPA 55 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NA RIBEIRA DA PÓVOA – SECTOR DE LOUREIRO	241
MAPA 56 – EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO ÍNSUA – SECTOR DA CARREGOSA	242
MAPA 57 - ÁREAS E EIXOS VIÁRIOS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE VERTENTE.	245
MAPA 58 - ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTES NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS.....	247
MAPA 59 – CARTA DE ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTES GRAVES EM ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS.....	249
MAPA 60 – ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS COM 5 OU MAIS PISOS	253
MAPA 61 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE EXPOSTOS AO RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	256
MAPA 62 - PONTO DE ECLOSÃO E LOCALIZAÇÃO DE AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	263
MAPA 63 - PERCURSOS DE EMERGÊNCIA E CORREDOR DE SOCORRO – INCÊNDIO URBANO.....	264
MAPA 64 - ZONAS DE SINISTRO E DE APOIO – INCÊNDIO URBANO.....	266
MAPA 65 - POSICIONAMENTO DE MEIOS – INCÊNDIO URBANO	267
MAPA 66 - LOCALIZAÇÃO DO SINISTRO E DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	270
MAPA 67 - CORREDOR DE EMERGÊNCIA E PERCURSO DE SOCORRO – ACIDENTE RODOVIÁRIO COM MATÉRIAS PERIGOSAS.	273
MAPA 68 - CENÁRIO DE BLEVE E PROXIMIDADE DE INDÚSTRIAS PERIGOSAS.....	274
MAPA 69 - SITUAÇÃO TÁTICA.....	276
MAPA 70 - PONTO DE ECLOSÃO DE INCÊNDIO FLORESTAL E LOCALIZAÇÃO DOS APC’S	279
MAPA 71 - TEMPOS DE CHEGADA AO LOCAL DE ECLOSÃO DO INCÊNDIO FLORESTAL	280
MAPA 72 - SITAC - INCÊNDIO FLORESTAL	282

Índice de Tabelas

TABELA 1 – ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	17
TABELA 2 - MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO	18
TABELA 3 - MATRIZ DE RISCO - CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	20
TABELA 4 - CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS.....	22
TABELA 5 - ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	26
TABELA 6 - AÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE EMERGÊNCIA	28
TABELA 7 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	29
TABELA 8 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO ...	30
TABELA 9 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	31
TABELA 10 - AÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE REABILITAÇÃO	32
TABELA 11 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL.....	33

TABELA 12 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO.	34
TABELA 13 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO	35
TABELA 14 - AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	36
TABELA 15 - ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO	36
TABELA 16 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA	39
TABELA 17 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO	41
TABELA 18 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA	46
TABELA 19 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO	49
TABELA 20 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	53
TABELA 21 - RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	54
TABELA 22 - TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO	55
TABELA 23 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES	56
TABELA 24 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	57
TABELA 25 - PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES	60
TABELA 26 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES	63
TABELA 27 - PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA	66
TABELA 28 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	67
TABELA 29 - REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS	68
TABELA 30 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	72
TABELA 31 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO	74
TABELA 32 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	75
TABELA 33 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	77
TABELA 34 - ZONAS DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	79
TABELA 35 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	83
TABELA 36 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO	85
TABELA 37 - MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES	86
TABELA 38 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	88
TABELA 39 - LOCAIS DE REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS	89
TABELA 40 - OBJETIVO E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL	93
TABELA 41 - PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL	94
TABELA 42 - DIREÇÃO POLÍTICA	95
TABELA 43 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	96
TABELA 44 - COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	97
TABELA 45 - OBJETIVOS, RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES DO COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO	102
TABELA 46 - TAREFAS DOS ADJUNTOS DO COS	102
TABELA 47 - CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES	104
TABELA 48 - RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE	104
TABELA 49 - COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL	106
TABELA 50 - COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC	106
TABELA 51 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	108
TABELA 52 - DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE	109
TABELA 53 - COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA	110
TABELA 54 - AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA	111
TABELA 55 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA	112
TABELA 56 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS	112
TABELA 57 - NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO	114
TABELA 58 - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	117
TABELA 59 - RESUMO DAS CLASSES HIPSOMÉTRICAS	124
TABELA 60 - INTERVALOS DAS CLASSES DE DECLIVE (ADAPTADO DE SILVA, 2000)	125
TABELA 61 - RESUMO DAS CLASSES DE DECLIVES	126
TABELA 62 - RESUMO DAS CLASSES DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2007)	130
TABELA 63 - EVOLUÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 1960 A 2011	134
TABELA 64 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001-2011)	135

TABELA 65 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001	139
TABELA 66 - IDADE DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS (2001)	144
TABELA 67 - NÚMERO DE ALOJAMENTOS, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO (2001)	145
TABELA 68 - PATRIMÓNIO CLASSIFICADO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	148
TABELA 69 - UNIDADES DE ALOJAMENTO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	150
TABELA 70 - ENTIDADES GESTORAS DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	151
TABELA 71 – REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA.....	151
TABELA 72 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO.....	152
TABELA 73 - DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	153
TABELA 74 - PRODUÇÃO DE RSU POR FILEIRA (2008)	154
TABELA 75 - PRINCIPAIS ÓRGÃOS LOCAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	164
TABELA 76 - CONSUMOS DE ENERGIA EM KW/H	166
TABELA 77 – CONCEITOS ADOTADOS NA ELABORAÇÃO DOS PMEPC (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL., 2009).	170
TABELA 78 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFETAREM O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	171
TABELA 79 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	171
TABELA 80 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	172
TABELA 81 - LIMIARES DE TEMPERATURAS ADOTADOS PARA O DISTRITO DE AVEIRO, IM.	173
TABELA 82 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL.	176
TABELA 83 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES.	177
TABELA 84 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL.	182
TABELA 85 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES.	183
TABELA 86 - VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL.	188
TABELA 87 - VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL.	189
TABELA 88 - NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA, POR FREGUESIA	212
TABELA 89 – INVENTÁRIO DE TÚNEIS, PONTES E VIADUTOS PRESENTES NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	214
TABELA 90 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LICENCIADOS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SEGUNDO A TIPOLOGIA 1 E 2 DO GRAU DE RISCO POTENCIAL.	217
TABELA 91 – PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO TIPO.	220
TABELA 92 – GRAU DE PROBABILIDADE.	234
TABELA 93 – GRAU DE GRAVIDADE.	235
TABELA 94 - MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	235
TABELA 95 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	236
TABELA 96 - ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTE NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NO IC2	246
TABELA 97 – ELEMENTOS EXPOSTOS POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA AOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS... ..	250
TABELA 98 - MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO	258
TABELA 99 - MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO.....	261
TABELA 100 - DESCRIÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO.	269
TABELA 101 - AVALIAÇÃO EFETUADA NO LOCAL DO ACIDENTE ENVOLVENDO SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.	270
TABELA 102 - FICHA DE SEGURANÇA DO PRODUTO EM CAUSA	272
TABELA 103 - ALTERNATIVA AO IC2 – SENTIDO SUL – NORTE.	275
TABELA 104 - ALTERNATIVA AO IC2 – SENTIDO NORTE - SUL.	275
TABELA 105 - INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	278
TABELA 106 - FITA DO TEMPO.....	283

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira de Azeméis (adiante designado abreviadamente por PMEPCOA) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCOA é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Oliveira de Azeméis.

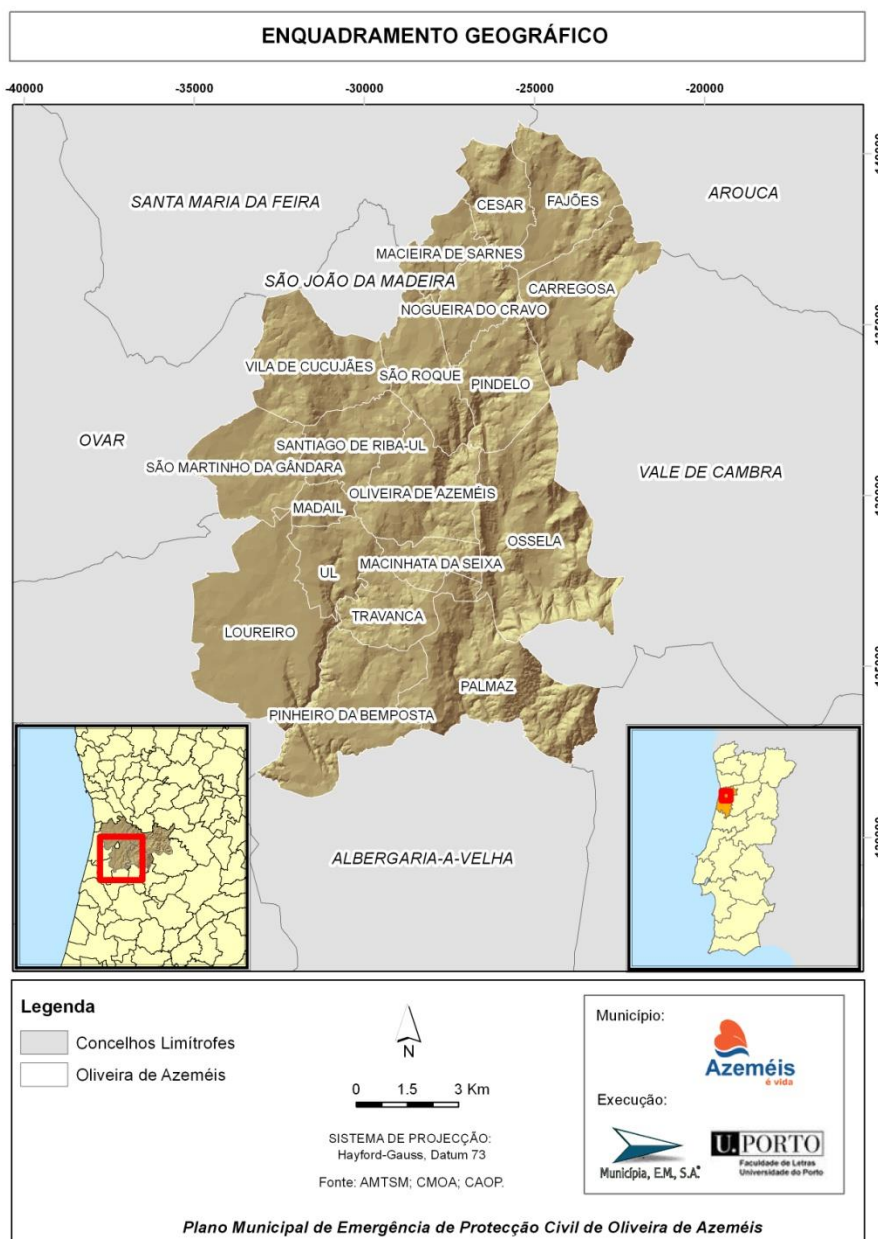
Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado é o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCOA é o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, e na sua ausência, o seu substituto legal é o Vice-Presidente da Câmara Municipal.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCOA um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Oliveira de Azeméis, ou seja, uma área total de 163,52Km², correspondendo às suas 19 freguesias (Carregosa; Cesar; Fajões; Loureiro; Macieira de Sarnes; Macinhata da Seixa; Madail; Nogueira do Cravo; Oliveira de Azeméis; Ossela; Palmaz; Pindelo; Pinheiro da Bemposta; Santiago de Riba-UL; São Martinho da Gândara; São Roque; Travanca; UL e Vila de Cucujães), Oliveira de Azeméis é um dos concelhos do distrito de Aveiro e um dos 5 municípios pertencentes à NUT III Entre Douro e Vouga.



Mapa 1 - Enquadramento Territorial

O PMEPCOA tem como objetivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos Naturais (Ondas de Calor; Vagas de Frio; Secas; Cheias e inundações; Sismos; Movimentos de massa em vertente); Tecnológicos (acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas; colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas; acidentes em áreas e parques industriais; incêndios em centros históricos e em edifícios de elevada concentração populacional) ou Mistos (incêndios florestais, degradação dos solos e contaminação de aquíferos).

3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCOA se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011 – Lei de Bases de Proteção Civil
- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto de Lei nº134/2006, de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei 114/2011 e 72/2013 – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A primeira versão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira de Azeméis datada (PMEPCOA) de 01 de Fevereiro de 2000, ainda elaborada pela Diretiva, da Comissão Nacional, para a elaboração de planos de emergência de proteção civil (Declaração do MAI de 19/12/1994).

Este plano obteve parecer da então Delegação Distrital de Proteção Civil de Aveiro do ex-SNPC em setembro de 2001, tendo sido aprovado pela CNPC em janeiro de 2002.

Não existem registos de anteriores ativações, como também não existem registos formais de exercícios no âmbito do anterior plano.

Em relação à presente versão do Plano, obteve em 24/09/2012 parecer favorável da CMPC, tendo-se realizado a consulta pública entre 23/07/2012 a 04/09/2012.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos, que podem ocorrer em função dos riscos existentes no município de Oliveira de Azeméis. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja à minimização da exposição de pessoas e bens, amplificam o sucesso das políticas de proteção civil. A articulação com Planos de Emergência de áreas territoriais adjacentes é tida em conta ao longo de todo o processo de planeamento efetuado no presente documento e a informação relativa à identificação de riscos e vulnerabilidades foi considerada válida para o plano. De seguida, expõe-se uma síntese dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial existentes no município, esquematizando-se o seu âmbito de aplicação e a sua tipologia.

Nível	Designação do Instrumento	Contributo para o PMEPCOA
Âmbito Nacional e Regional	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
	ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	PNA	Plano Nacional da Água
	PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios
	PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
	PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária

		ENF	Estratégia Nacional para a Floresta	
		PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal	
		PBHV	Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga	
		PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	
		POAAP	Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever	
		PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	(Em elaboração)
Âmbito Municipal	Planos Setoriais	PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes (Cheias e Inundações)
		PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	Carta de Perigosidade de Incêndio
Instrumentos de planeamento de emergência		PEDPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em execução)
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Ovar, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Vale de Cambra, Arouca, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira)	

Tabela 1 – Âmbito e tipologia do planeamento e ordenamento do território com incidência no município de Oliveira de Azeméis.

Prevê-se que a revisão do PDM integre a informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC, bem como as áreas de perigosidade estabelecidas na Reserva Ecológica Nacional e no PMDFCI.

7. Ativação do Plano

7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Oliveira de Azeméis a ativação do PMEPCOA.

A ativação do PMEPCOA pode ser, dependendo da urgência da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto, o Comandante Operacional Municipal, um elemento de comando dos Bombeiros da sua área de atuação e um elemento/representante da autoridade das Forças de Segurança, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCOA será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo.. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, do âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Rádios: Rádio Voz do Caima; Rádio Azeméis FM; Jornais: Jornal Correio de Azeméis; Jornal EDV Semanário;
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.	http://www.cm-oaz.pt/
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito	Sede do Município; Juntas de Freguesia; Demais locais públicos.

Tabela 2 - Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil, bem como a desativação do PMEPCOA. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7.2. Critérios para ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCOA constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação / desativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

Será **ativado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Matriz de Risco				
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRÍTICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO - Ativação	EXTREMO - Ativação	EXTREMO - Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO - Ativação	EXTREMO - Ativação	EXTREMO - Ativação
MÉDIA - ALTA	Irà provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO - Convocação prévia da Comissão Municipal de Proteção Civil e decisão perante reunião da mesma.	ELEVADO - Ativação	ELEVADO - Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 3 - Matriz de Risco - Critérios para a Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os 1000 ha e/ou decorra mais de 48h seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo (ocorrência real verificada e gravidade moderada a crítica);
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano (probabilidade elevada e gravidade moderada a crítica);

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCOA poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCOA, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCOA deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, rotinarem-se os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX ¹ ; LivEx ²)
Ondas de Calor \ Incêndios Florestais	1º semestre após aprovação do PMEPCOA	SMPC, Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Bombeiros Voluntários de Fajões, GNR, Cruz Vermelha, Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde), Hospital São Miguel, ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, INEM, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sapadores Florestais, EDP, REN, Estradas de Portugal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Instituto de Segurança Social	CPX

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.

Sismos \ Cheias e inundações, Movimentos de massa em vertentes	2º semestre após aprovação do PMEPCOA	SMPC, Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Bombeiros Voluntários de Fajões, GNR, Cruz Vermelha, Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde), Hospital São Miguel, ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, INEM, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sapadores Florestais, EDP, REN, Estradas de Portugal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Instituto de Segurança Social.	LivEx
Acidentes em áreas e parques industriais	3º semestre após aprovação do PMEPCOA	SMPC, Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Bombeiros Voluntários de Fajões, GNR, Cruz Vermelha, Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde), Hospital São Miguel, ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, INEM, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sapadores Florestais, EDP, REN, Estradas de Portugal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Instituto de Segurança Social	CPX
Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios em elevada concentração populacional	4º semestre após aprovação do PMEPCOA	SMPC, Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Bombeiros Voluntários de Fajões, GNR, Cruz Vermelha, Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde), Hospital São Miguel, ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte, INEM, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sapadores Florestais, EDP, REN, Estradas de Portugal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Instituto de Segurança Social	LivEx

Tabela 4 - Calendarização de Exercícios